



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALIANÇA DO TOCANTINS
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO

Análise do Controle Interno

Órgão/Entidade: Fundo Municipal de Assistência Social.

Processo nº: 350/2023/FMAS

Objeto: Aquisição de vidro cancelado para janela da sala de atividades do serviço de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos (SCFV) e fechaduras para porta de vidro para Secretaria Municipal de Assistência Social e CREAS de Aliança do Tocantins.

I - Dos Fatos

Ocorre que chegou 10 de julho de 2023 a este Sistema de Controle Interno, Processo de Dispensa Licitação nº 009/2023-FMAS encaminhado pela Comissão de Contratação, solicitando a análise para Aquisição de vidro cancelado para janela da sala de atividades do serviço de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos (SCFV) e fechaduras para porta de vidro para Secretaria Municipal de Assistência Social e CREAS de Aliança do Tocantins. Em justificativa, a Comissão destaca o art. 75, II, da Lei 14.133/21 no que concerne a dispensa de licitação. O processo chegou instruído, com a realização de cotação de preços de mercado. Em convencimento da Comissão a empresa IVAN NERES CARNEIRO apresentou proposta mais vantajosa para a Administração. Fora apresentada Dotação Orçamentária pelo setor FINANCEIRO deste município, o que caracteriza a regularidade de recursos destinados a este tipo de contratação. É o relatório.

II – DA DOCUMENTAÇÃO ANEXA AO PROCESSO

- a) Documento de oficialização da demanda;
- b) Solicitações de Compras e Serviços;
- c) Termo de autuação;
- d) Protocolo;
- e) Declaração de disponibilidade orçamentária;
- f) Justificativa da não realização de ETP;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALIANÇA DO TOCANTINS
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO

- g) Justificativa da não realização de mapa de riscos;
- h) Pesquisa nos portais;
- i) Propostas de preços;
- j) Estimativa de preço médio;
- k) Termo de referência;
- l) Justificativa de preço;
- m) Autuação da Comissão de Contratação;
- n) Aviso de solicitação de proposta de preços;
- o) Justificativa da escolha do preço e do fornecedor;
- p) Documentação relativa à habilitação jurídica;
- q) Documentos pessoais;
- r) Certidões de regularidade fiscal;
- s) Certidões negativas;
- t) Declaração de não empregabilidade de menor de idade;
- u) Parecer jurídico;

III - DA FUNDAMENTAÇÃO

A Constituição Federal estabelece como regra a obrigatoriedade de licitação para obras, compras, serviços e alienações da Administração Pública. Entretanto, a chamada "licitação dispensável" verifica-se em situações em que, embora seja viável a competição, o procedimento licitatório afigura-se inconveniente ao interesse público, tendo sempre como parâmetros os princípios da moralidade e impessoalidade na atuação da administração pública.

A lei é clara e não permite equívocos, apontando as hipóteses taxativas em que a dispensa pode ser exercitada, não permitindo interpretações ampliadas para se eximir da obrigatoriedade de licitar. Dentre as hipóteses previstas no art. 75 da mencionada Lei, destacam-se a dispensa em razão do baixo valor. Vejamos:

Art. 75. É dispensável a licitação:

- II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALIANÇA DO TOCANTINS
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO

P.M. ALIANÇA - TO
FLS. N°. 53

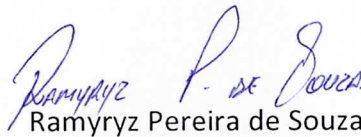
Considerando que o valor total orçado, foi observado que se justifica a dispensa em razão do baixo valor. Existe disponibilidade orçamentária para cobertura da despesa, sendo que se chegou ao preço com utilização dos parâmetros pesquisa direto com fornecedores. Além disso, foi realizada pesquisa em municípios do mesmo ente federativo para obtenção do preço referencial.

Diante o exposto, proposta sem data de validade e assinatura do representante da empresa;

É o parecer.

Encaminhe-se ao setor competente para providências pertinentes.

Aliança do Tocantins - TO, 11 de julho de 2023.


Ramyryz Pereira de Souza

Secretário-Chefe de Controle Interno